



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL



Contrato de **Locação de Imóvel** nº. 06/2014 celebrado pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal e a Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal – CDL/DF, nos termos do Padrão nº. 11/2002.

Processo n.º 430.000.042/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO**, representado por **Wagner Rodrigues de Sousa**, brasileiro, domiciliado nesta capital, RG: 1174197 SSP/DF e CPF: 480.408.941-15 na qualidade de Secretário de Estado de Trabalho, com base nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a **Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal – CDL/DF**, doravante denominada Contratada, CNPJ nº 00.114.868/0001-12, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento Sul, representada por Álvaro Silveira Júnior, na qualidade de Presidente.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece ao Termo de Referência, fls. 74 a 77, Edital nº 001/2014, fls. 102 a 114, da Proposta, fls. 173/176, da Justificativa de Dispensa de Licitação, baseado no inciso X, art. 24, c/c o art. 26 da Lei n.º 8.666/93 e ao dispositivo na Lei n.º 8.245 de 18.10.91.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a locação de imóvel situado no Setor Comercial Sul, Quadra 06, Bloco A 125 – Asa Sul - Brasília/DF, com área total construída de 3.072 m², para funcionamento da Agência do Trabalhador do Plano Piloto, da Subsecretaria de Atendimento ao Trabalhador e Empregador, da Secretaria de Estado de Trabalho, conforme especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 278 a 280, que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor

4.1 – O valor do aluguel mensal é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), perfazendo um valor anual do Contrato em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais), procedentes do



orçamento do Distrito Federal e da União, a ser atendida à conta de dotações consignadas no Orçamento Corrente – nos termos da Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária

5.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 250101;

II – Programas de Trabalho: 11.333.6214.4102.0002;

III – Natureza da Despesa: 33.90.39;

IV – Fonte de Recursos: 100/300/132/121/321/332.

5.2 – O empenho inicial é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme Nota de Empenho 2014NE00184, emitida em 28 de abril de 2014, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo.

CLÁUSULA SEXTA – Do Pagamento

O pagamento será realizado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas mensais, mediante apresentação de Fatura liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Prazo de Vigência

7.1 - O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo do imóvel que ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – Na hipótese de prorrogação do contrato, desde que observada a obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, poderá ser negociado o realinhamento do preço da locação que nunca será superior ao valor primitivo do contrato acrescido da variação acumulada do IGPM/FGV (Índice Geral de preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua extinção, por outro índice que venha ser fixado de acordo com os dispositivos legais vigentes.

CLÁUSULA OITAVA – Da Destinação e Utilização

O Imóvel somente poderá ser utilizado pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho - SETRAB, para instalação e funcionamento da “Agência do Trabalhador do Plano Pilto” da Secretaria de Estado de Trabalho, vedada sua utilização para quaisquer outros fins que não os relativos à sua competência institucional.



CLÁUSULA NONA – Das Obrigações e Responsabilidade da LOCADORA

9.1 - A Locadora fica obrigada:

- I – Fornecer ao Distrito Federal descrição minuciosa do estado do imóvel quando de sua entrega com expressa referência aos eventos defeitos existentes, respondendo pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;
- II Entregar à Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, bem como a garantir-lhe durante a vigência deste contrato seu uso pacífico;
- II – Arcar com o pagamento de todos os impostos, taxas, prêmio de seguro complementar contra fogo e IPTU;

9.2 - No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o Distrito Federal tem preferência para adquirir o imóvel, em igualdade de condições com terceiros, devendo a Locadora dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Responsabilidade do Distrito Federal - SETRAB

O Distrito Federal fica obrigado:

- I – a pagar, pontualmente, o aluguel, telefone, consumo de força, luz, gás, água e esgoto, manutenção predial;
- II – Levar ao conhecimento da Locadora o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem como as eventuais turbações de terceiro;
Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- III – Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, provocados por seus agentes;
- IV – Cientificar a locadora da cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como de qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, locatário;
- V – A permitir a vistoria ou visita do imóvel nas hipóteses previstas na Lei nº 8.245, de 18/10/1991;
- VI – a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Alteração Contratual

11.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada à alteração do objeto, assim, como quaisquer modificações na destinação ou utilização do imóvel.



11.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo;
- II – na ocorrência de uma hipótese elencadas na Lei n.º 8.245 de 18/10/91.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Locadora para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho designará Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado e Trabalho – SETRAB.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Disposições Finais

17.1 Fica a empresa locadora obrigada a proceder às adaptações e reformas que a edificação requerer, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, nos termos do LAUDO DE VISTORIA de Agência de Fiscalização do DF – AGEFIS, sob pena de rescisão contratual, na forma prevista na Cláusula Décima Terceira.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL




17.2 Havendo irregularidades neste instrumento entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone 0800-6449060.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, 30 de abril de 2014.

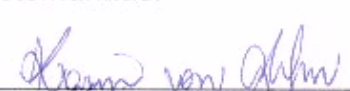
Pelo Distrito Federal:

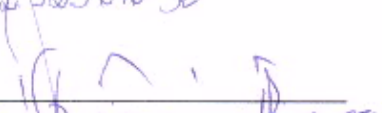

WAGNER RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Estado de Trabalho

Pela Contratada:


ÁLVARO SILVEIRA JÚNIOR
Presidente

Testemunhas:


Nome: Karim von Gohn
CPF nº: 042.329.048-32


Nome: José Pinheiro de Farias
CPF nº: 026.552.764-15